

História das Ideias Políticas

Turma B

Coordenador: Professor Doutor António Pedro Barbas Homem

Regente: Professora Doutora Margarida Seixas

Objectivos programáticos

Criada de novo na sequência da reforma do Plano de Estudos aprovado em 2006, com a disciplina semestral e optativa de História das Ideias Políticas pretende fornecer-se um enquadramento e uma visão global das grandes ideias políticas que marcaram o seu tempo e se repercutem ainda no presente. A contextualização dos autores e das obras é feita a anteceder cada época histórica. Deste modo, no final do curso cada aluno deve ter adquirido uma visão de conjunto acerca da origem histórica e do desenvolvimento das grandes ideias políticas do ocidente, especialmente na sua relação com a história do Direito e do Estado. A relação entre o direito e a política e a formação histórica dos conceitos de Estado, Estado de Direito e Estado democrático de Direito serão objecto de estudo desenvolvido. Será feita uma referência especial ao caso português.

Programa Sumário

Introdução

CAPÍTULO 1

ANTIGUIDADE CLÁSSICA

(estudo não obrigatório)

§ 1.º Introdução às vidas e obras;

§ 2.º Governo pelas leis. A cidade e o cidadão;

§ 3.º Teoria dos regimes;

§ 4.º Direito natural e política

CAPÍTULO 2

CRISTIANISMO E IDADE MÉDIA

- § 1.º Introdução às vidas e obras;
- § 2.º Antropologia política medieval;
- § 3.º A teoria do poder político;
- § 4.º Poder político, teologia, moral e direito;
- § 5.º Estatuto da monarquia;
- § 6.º As Cortes

CAPÍTULO 3

IDADE MODERNA

- § 1.º Introdução às vidas e obras;
- § 2.º O Estado e a soberania;
- § 3.º Regime político e formas de governo;
- § 4.º As leis fundamentais da monarquia portuguesa;
- § 5.º Os direitos dos reis;
- § 6.º A justiça e o estatuto da sociedade política;
- § 7.º Os direitos individuais, os privilégios e a protecção da confiança;
- § 8.º Os direitos naturais

CAPÍTULO 4

IDADE CONTEMPORÂNEA: LIBERALISMO OITOCENTISTA

- § 1.º Introdução às vidas e obras;
- § 2.º Os princípios do liberalismo;
- § 3.º Antropologia política;
- § 4.º Estatuto jurídico da vida política;
- § 5.º A separação de poderes;
- § 6.º A publicidade da vida política;
- § 7.º Direitos naturais;
- § 8.º A questão social;
- § 9.º A questão religiosa;
- § 10.º O pensamento sobre as relações internacionais

CAPÍTULO 5

IDADE CONTEMPORÂNEA: SÉCULO XX

- § 1.º Introdução às vidas e obras;
- § 2.º Antropologia política;
- § 3.º A questão do regime;
- § 4.º A Primeira República: caracterização;
- § 5.º O Estado Novo: caracterização;
- § 6.º A questão do Estado;
- § 7.º A questão religiosa;
- § 8.º A questão colonial;
- § 9.º A questão social

CAPÍTULO 6

O NOSSO TEMPO

- § 1.º Primado da dignidade humana;
 - § 2.º Estado de direito democrático;
 - § 3.º Estado de bem-estar e Estado providência;
 - § 4.º Globalização e internacionalização dos Estados e das ordens jurídicas
- Conclusão

Bibliografia Sumária

- HOMEM, ANTÓNIO PEDRO BARBAS, A Lei da Liberdade, I, Principia, Cascais, 2001
- ALBUQUERQUE, MARTIM DE, O Poder Político no Renascimento Português, Lisboa, ISCPU, 1968; A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas, I, Lisboa, 1974
- HOMEM, ANTÓNIO PEDRO BARBAS, História do Pensamento Político. Relatório, Coimbra, Coimbra Editora, separada da RFDUL, 2007; O Espírito das Instituições. Um Ensaio sobre a História do Estado, Lisboa, Almedina, 2006
- MALTEZ, JOSÉ ADELINO, Ensaio sobre o Problema do Estado, I-II, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1991
- TOUCHARD, JEAN, História das Ideias Políticas, I-IV, tradução, Publicações Europa-América

Histórias do pensamento político

- AMARAL, DIOGO FREITAS DO, História das Ideias Políticas, I, Coimbra, Almedina, 1998
- CAILLÉ, ALLAIN/CHRISTIAN LAZZERI/MICHEL SENELLART, História Crítica da Filosofia Moral e Política, Lisboa, Editorial Verbo, 2004.
- CHEVALLIER, JEAN-JACQUES e YVES GUCHET, As Grandes Obras Políticas: de Maquiavel à Actualidade, Mem Martins, Europa-América, 2004.
- GETTEL, RAYMOND, História das Ideias Políticas, Lisboa, Inquérito, 1936.

PRÉLOT, MARCEL/GEORGES LESCUYER, História das Ideias Políticas, Lisboa, Presença, 2001 (2 vols.).

RENAUT, ALAIN (direcção): História da Filosofia Política, Lisboa, Instituto Piaget, 2001-2002 (5 vols.).

THEIMER, WALTER, História das Ideias Políticas, Lisboa, Círculo de Leitores, 1977.

TOUCHARD, JEAN (direcção), História das Ideias Políticas, Mem-Martins, Europa-América, 2001 (4 vols.).

De entre as histórias do pensamento político não traduzidas para português, consideramos especialmente úteis e importantes:

BENEYTO, JUAN, Historia de las Doctrinas Políticas, Madrid, Aguilar, 1964.

BRAUD, PHILIPPE/BURDEAU, FRANÇOIS, Histoire des Idées Politiques depuis la Révolution, Paris, Montchrétien, 1992.

BURNS, J. H. e GOLDIE, MARK (edição), The Cambridge History of Political Thought:1450-1700, Cambridge University Press, 1991.

CHEVALLIER, JEAN-JACQUES, Histoire de la Pensée Politique, Paris, Payot, 1979-1993.

COLEMAN, JANET, A History of Political Thought, Londres, Blackwell, 2000 (II).

FIRPO, LUIGI (edição), Storia delle Idee Politiche, Economiche e Sociali, I-VI, Turim, 1979.

JANET, PAUL, Histoire de la Science Politique dans Ses Rapports avec la Morale, 4.^a edição, Paris, Librairie Félix Alcan.

ORY, PASCAL (edição), Nouvelle Histoire des Idées Politiques, Paris, Hachette, 1987.

PISIER, EVELINE/DUHAMEL/CHATELET (edição), Histoire des Idées Politiques, Paris, PUF.

SABINE, GEORGE, A History of Political Theory, 4.^a edição, Fort Worth, 1989.

STRAUSS, LÉO e CROPSEY, JOSEPH, History of Political Philosophy, University of Chicago Press, 1981.

TUCK, RICHARD, Natural Rights Theories. Their Origin and Development, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

Para o estudo da Idade Média, recomenda-se ainda a seguinte bibliografia:

CARLYLE, A History of Political Theory in the West, 6.^a edição, London, 1970.

GARCÍA-PELAYO, M., Del Mito y de la Razón en la Historia del Pensamiento Político, Madrid, 1968.

GIERKE, OTTO, Teorías Políticas de la Edad Media (edición de F. W. Maitland), Madrid, CEC, 1995.

KANTOROWICZ, H. E., The King's Two Bodies. A Study in Mediaeval Political Theology, Princeton, 1957.

KERN, FRITZ, Derechos del Rey y Derechos del Pueblo, trad., Madrid, 1955.

MARAVALL, J. A., Estudios de Historia del Pensamiento Español, 2.^a edição, Madrid, 1973.

POST, G., Studies in Medieval Legal Thought, Princeton, 1964.

QUILLET, JEANNINE, Les Clefs du Pouvoir au Moyen Âge, Paris, 1971.

ULMANN, WALTER, Law and Politics in the Middle Ages, London, 1975.

WILKS, M. J., The Problem of Sovereignty in the Later Middle Ages, Cambridge University Press, 1964.

Para o estudo da Idade Moderna, recomenda-se ainda a seguinte bibliografia:

BOUZA ALVAREZ, FERNANDO, Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640), Madrid, Universidad Complutense, 1987.

GOYARD-FABRE, SIMONE, Philosophie Politique. XVI^e-XX^e. Siècles (Modernité et Humanisme), Paris, PUF, 1987.

HAZARD, PAUL, O Pensamento Europeu no Século XVIII (de Montesquieu a Lessing), trad. port., Lisboa, Presença, 1983.

MARAVALL, JOSÉ ANTONIO, Teoría Española del Estado en el Siglo XVII, Madrid, IEP, 1944.

MESNARD, PIERRE, L'Essor de la Philosophie Politique au XVI^e Siècle, Paris, Vrin, 1951.

SCHAUB, JEAN-FRÉDÉRIC, Le Portugal au Temps du Comte-Duc d'Olivares. Le Conflit de Jurisdiction comme Exercice de la Politique, Madrid, Casa de Velásquez, 2001.

Para o estudo da Idade Contemporânea, recomenda-se ainda a seguinte bibliografia:

BOURDON, ALBERT-ALAIN, «Bibliographie de l'Histoire de la Société Portugaise au XIX^e Siècle, policopiado, Toulouse, 1967.

BURDEAU, GEORGES, O Liberalismo, Lisboa, Europa-América, s. d. (1979).

DROZ, JACQUES, História Geral do Socialismo, 9 volumes, Lisboa, Livros Horizonte, 1976-1984.

FIORAVANTI, MAURIZIO, Costituzione, Bologna, Il Mulino, 1999; La Scienza del Diritto Pubblico. Dottrine dello Stato e della Costituzione tra Otto e Novecento, Milano, Giuffrè, 2001.

NISBET, ROBERT, O Conservadorismo, Lisboa, Estampa, 1987.

QUEIRÓS, FRANCISCO FORTUNATO, Pensamento Político de D. Pedro V, Porto, edição do autor, 1979.

Revistas

Cultura. História e Filosofia, revista do Centro de História da Cultura da UNL (Lisboa, desde 1982).

Revista de História das Ideias (Coimbra, UC, desde 1977).

Political Theory – an International Journal of Political Philosophy (London, Sage Publications, desde 1973).

History of Political Thought (Imprint, desde 1980).

History of European Ideas (Oxford, Pergamon Press, desde 1978).

Revue Française d'Histoire des Idées Politiques (Paris, Picard, desde 1995).

Bibliografia de apoio

BARRETO, ANTÓNIO/MÓNICA, MARIA FILOMENA (coordenação), Dicionário de História de Portugal, Porto, Figueirinhas, 1999-2000, 3 volumes.

CASTRO, ZÍLIA OSÓRIO DE (direcção), Dicionário do Vintismo e do Cartismo, Lisboa, Afrontamento, 2002.

CRUZ, MANUEL BRAGA DA (direcção, com ANTÓNIO COSTA PINTO), Dicionário Biográfico Parlamentar, Lisboa, 2004.

MACHADO, DIOGO BARBOSA, Bibliotheca Lusitana, I-IV, Coimbra, Atlântida, 1965-1967 (2.^a edição).

MÓNICA, MARIA FILOMENA/SILVA, CARLOS (coordenação), Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910), Lisboa, 2004.

ROSAS, FERNANDO/BRITO, J. M. BRANDÃO, Dicionário de História do Estado Novo, Amadora, Bertrand, 1996.

SERRÃO, JOEL, (direcção), Dicionário de História de Portugal, Porto, Iniciativas Editoriais, 1961.

SILVA, INOCÊNCIO FRANCISCO DA (e outros), Dicionário Bibliográfico Português (de que existem diversas reedições pela Imprensa Nacional).

A página na Internet de JOSÉ ADELINO MALTEZ (www.maltez.info/) contém informações essenciais para o investigador, para além dos dois volumes do seu estudo já citado, Tradição e Revolução.

As enciclopédias Verbo e Luso-Brasileira contêm igualmente indicações úteis. A primeira teve a direcção de Marcello Caetano, que redigiu igualmente alguns dos seus artigos de matriz jurídico-política e histórica.

Mais recentemente, a Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, Lisboa/São Paulo, contém igualmente referências importantes para a investigação histórica.

Outros elementos auxiliares:

Bibliografia Geral Portuguesa, Lisboa, Academia das Ciências, 1941; ISALTINA MARTINS, Bibliografia do Humanismo em Portugal no Século XVI, Coimbra, INIC, 1986. Para os livros publicados no século XVI, existe bibliografia específica (DOM MANUEL II, ANTÓNIO JOAQUIM ANSELMO, VENÂNCIO DESLANDES, RICARDO PINTO DE MATOS).

Bibliografia estrangeira de apoio

BOBBIO, NORBERTO/NICOLA MATTEUCCI/GIANFRANCO PASQUINO, Dicionário de Política, 5.^a edição, tradução, Brasília, 2000.

CHATELET, F./O. DUHAMEL/E. PISIER, Dictionnaire des Oeuvres Politiques, Paris, PUF, 1986.

MILLER, DAVID, The Blackwell Encyclopedia of Political Thought, Oxford, 1987.

RAYNAUD, PHILIPPE/STEPHANE RIALS, Dictionnaire de Philosophie Politique, 3.^a edição, Paris, PUF, 2003.

PROGRAMA. CONTEÚDOS

INTRODUÇÃO. ASPECTOS GERAIS E METODOLOGIA

§ 1.º Introdução

Pensamento, ideias, doutrinas, teorias e ideologias políticas. O estudo histórico e os problemas da reconstrução do passado.

§ 2.º Questões metodológicas

Divisão cronológica. Objecto e método.

CAPÍTULO 1

ANTIGUIDADE CLÁSSICA

[matéria de estudo não obrigatório]

§ 1.º Introdução às vidas e obras [matéria de estudo não obrigatório]

Principais autores gregos: Sócrates; Protágoras; Platão; Aristóteles Principais textos romanos: Cícero; Séneca; o direito romano e a organização do Estado

§ 2.º Governo pelas leis. A cidade e o cidadão A sociabilidade natural do homem. Política e virtude. Governo pelas leis e governo pelos homens. Natureza da polis. O estatuto de cidadão. A organização republicana das magistraturas

§ 3.º Teoria dos regimes

Formas de regime: monarquia, aristocracia e democracia. Formas corruptas: tirania, oligarquia e demagogia. Formas mistas. Evolução dos regimes.

§ 4.º Direito natural e política

Ordem natural, direito natural e direito civil. Ordem de necessidade e ordem de liberdade.

CAPÍTULO 2

IDADE MÉDIA

§ 1.º Introdução às vidas e obras [matéria de estudo não obrigatório]

Principais autores estrangeiros: Santo Agostinho; João de Salisbúria; S. Tomás de Aquino; Marsílio de Pádua; Bártolo e os juristas medievais. Tipos literários.

Em especial, os livros de educação de príncipes. A teologia política. Santo António de Lisboa. A teologia moral e política. Álvaro Pais. D. Duarte. O Infante D. Pedro. A Carta de Bruges. O Tratado da Virtuosa Benfeitoria. Fernão Lopes. Frei João Sobrinho. Diogo Lopes Rebelo. Outros textos. As Cortes de Coimbra de 1385. O Regimento do reino na menoridade dos reis. As Ordenações Afonsinas. Aristóteles e o aristotelismo medieval. O conhecimento da Política. O Livro dos Segredos. Santo

Agostinho e o agostinianismo. Os estóicos e o estoicismo medieval. Conhecimento de Cícero e de Sêneca. São Tomás e o tomismo.

§ 2.º Antropologia política medieval

O homem e a sociedade. O pecado original e a queda: o problema da origem e da natureza pecaminosa do poder. A associação dos homens. A natureza do homem e a necessidade do poder. A violência e a vingança. A natureza política da família. A teoria da sociedade: necessidade e liberdade. As sociedades perfeitas.

§ 3.º A teoria do poder político

Origem do poder. A origem divina do poder e a sua transmissão à sociedade. Teorias da origem imediatamente divina. Mediação papal. A mediação popular. O regime: classificações. Relevo da posição aristotélica e tomista. Defesa e teorização da monarquia. O reino de Deus como arquétipo político. Natureza do poder dos reis. Os reis como vigários de Cristo. Consequências: os trabalhos dos reis e o seu *officium*. Os pecados dos reis. A prudência e a temperança. Liberalidade.

§ 4.º Poder político, teologia, moral e direito Relação entre direito, moral e política. A fundamentação teológica e a teologia política medieval. Fundamentação metafísica da sociedade e do poder. Fundamentos espirituais do poder. Relações entre o poder temporal e o poder espiritual. Direito de resistência e dever de resistência. A desconformidade entre a lei e o direito divino; e o direito natural; e a moral; e a justiça e o bem comum. O dever de obediência à justiça. A traição ao rei e o tiranicídio. Requisitos de validade da lei. O problema do valor da lei injusta.

§ 5.º Estatuto da monarquia

A monarquia hereditária e a sua justificação. Transmissão do poder. A sucessão dos reis. O paternalismo político. Direitos reais. Natureza e tipologia dos direitos dos reis. Em especial, o poder de legislar e o poder de julgar. Paz e justiça. Primado da justiça. Natureza e tipos de justiça. Bem comum e bem próprio. Submissão dos governantes à lei divina e natural. Consequências. O problema da submissão à lei positiva. A dispensa e a concessão de privilégios.

§ 6.º As Cortes

O conselho. O dever de conselho do rei. O dever de aconselhar o rei. Estatuto dos conselheiros. Origem destas ideias. Consequências. Aparecimento das Cortes. Natureza e funções. Reuniões. A autonomia progressiva das instituições judiciais. Os tribunais superiores e o estatuto do rei como supremo juiz.

CAPÍTULO 3

IDADE MODERNA

§ 1.º Introdução às vidas e obras [matéria de estudo não obrigatório]

Principais autores estrangeiros: Maquiavel; Jean Bodin; Lutero e Calvino; Francisco de Vitória e Francisco Suárez; Botero; Grócio; Hobbes; Locke; Montesquieu; Rousseau; Beccaria; Siéyes; Burke; Kant. O Renascimento: António de Beja. Frei Heitor Pinto. Amador Arrais. Manuel de Góis. Jerónimo Osório. Outros textos. As Ordenações Manuelinas. O barroco: Sebastião César de Meneses. João Pinto Ribeiro. Duarte Ribeiro de Macedo. Frei Serafim de Freitas. Domingos Antunes Portugal. Padre António Vieira. Outros textos. As Cortes de 1641. As leis fundamentais da monarquia. Os Iluminismos: Pascoal de Melo. António Ribeiro dos Santos. António Pereira de Figueiredo. Teodoro de Almeida. Outros textos. A dedução cronológica e analítica. O compêndio histórico. Os estatutos pombalinos. A liberdade dos índios e os documentos das relações com a Santa Sé.

§ 2.º O Estado e a soberania

Estado e razão política. A concepção patrimonial do poder político. A concepção organicista da sociedade e paternalista do príncipe. O príncipe que não reconhece superior. Os elementos do Estado. Evolução. As instituições do Estado. A igualdade dos Estados na sociedade internacional. Os Estados não cristãos e a relação com Estados cristãos. Os súbditos do Estado. Os estrangeiros. A soberania: formação; a definição de Bodin; difusão. A soberania no plano interno. Estados não soberanos. A comunidade internacional.

§ 3.º Regime político e formas de governo

A sociedade e o poder. O regime político: as formas puras; as formas mistas. As formas de governo. O problema da origem do poder. A preferência pela monarquia. O paternalismo. Razão de Estado e razão natural. A razão de Estado católica. Razão de Estado e homens de Estado. Mercantilismo e razão de Estado. Fisiocracia e razão de Estado. O princípio do equilíbrio. Os mistérios de Estado. A dissimulação honesta. Meios e acções extraordinários. O triunfo da monarquia pura. A utilização e o significado das fórmulas políticas do absolutismo. Jansenismo, regalismo e jurisdicionalismo civilista. A monarquia pura e o papel dos tribunais como representantes da comunidade. Os tribunais como órgãos substitutivos das Cortes.

§ 4.º As leis fundamentais

Significado histórico do conceito de Lei Fundamental. A doutrina do assento das Cortes de 1641. A recepção do conceito de Lei Fundamental. A legalidade do poder. A utilização do conceito de Lei Fundamental. As leis fundamentais como título

jurídico da monarquia pura. A identificação das leis fundamentais portuguesas. A sistematização dos publicistas setecentistas. As leis fundamentais como precedente histórico das Constituições modernas. Leis fundamentais e Constituição: o problema do poder constituinte.

§ 5.º Os direitos dos reis: gramática e morfologia do poder político

Jurisdição, império e senhorio. O debate doutrinário: os direitos reais como categoria estrutural do direito público pré-liberal. A função legislativa como característica do príncipe soberano. Direitos majestáticos dos príncipes e obrigação de obediência dos vassallos. A responsabilidade moral do príncipe cristão.

§ 6.º A justiça e o estatuto da sociedade política

O culto da justiça. A justiça como virtude. A teoria da injustiça. A justiça como igualdade. As espécies de justiça. A justiça punitiva e a justiça premial. A função dos juizes e a realização da justiça. Justiça e felicidade. A tirania. O governo filipino como tirania. Os poderes da comunidade perante a tirania. O tiranicídio. Os poderes dos magistrados perante a tirania.

§ 7.º Os direitos individuais, os privilégios e a protecção da confiança A limitação dos poderes dos reis. Direito público e direito privado. Os direitos e as expectativas como limite do poder do príncipe. A vinculação pela palavra e pela confiança. A doação de ofícios. Os limites do poder de clemência. Direito público e publicidade.

§ 8.º Os direitos naturais

O contratualismo absolutista. O contratualismo liberal. Os direitos naturais no discurso do absolutismo, em especial a dedução cronológica e analítica, o compêndio histórico e os estatutos da universidade de 1772. Os problemas das relações com Roma e os índios do Brasil. Os deveres naturais.

CAPÍTULO 4

IDADE CONTEMPORÂNEA: LIBERALISMO OITOCENTISTA

§ 1.º Introdução às vidas e obras [matéria de estudo não obrigatório]

Principais autores estrangeiros: Benjamim Constant; Hegel; Bentham; Comte; Tocqueville; Proudhon; Stuart Mill; Marx e Engels. Joaquim José Rodrigues de Brito. Cardoso da Costa. Silvestre Pinheiro Ferreira. A geração de 1820. Manuel Borges Carneiro; Manuel Fernandes Tomás; Ferreira Borges; Almeida Garrett. Tradicionalismo e contra-revolução: Faustino da Madre de Deus; José da Gama e Castro; José Agostinho de Macedo; Acúrcio das Neves; Frei Fortunato de São Boaventura. Vicente Ferrer Neto Paiva. Lopes Praça. Visconde de Seabra. António Cândido. Alexandre Herculano. Oliveira Marreca. Reformismo político e social:

Henriques Nogueira; Passos Manuel. Socialismo: a geração de 1870; Oliveira Martins; Antero de Quental; Custódio José Vieira. Republicanismo e positivismo: Teófilo Braga; Basílio Teles. Doutrina social católica: Samodães; Gomes dos Santos; Abúndio da Silva.

§ 2.º Os princípios do liberalismo

Constituições escritas. Soberania nacional. Separação de poderes. Direitos naturais, em especial o de propriedade. Direitos de participação política. Revolução e tradição. Os grandes debates políticos oitocentistas: federalismo; municipalismo; iberismo. Liberdade e liberalismo. Democracia e monarquia. Protecção e livre-cambismo. Igualdade e fraternidade.

§ 3.º Antropologia política

O problema da natureza do homem. Personalidade jurídica e capacidade. A escravatura. A sociedade como organismo. O darwinismo social. A antropologia social e a discussão sobre a raça. A ideia de civilização e de superioridade da raça. Consequências no plano jurídico-internacional: o colonialismo e o papel do homem branco (remissão). Justificação do progresso nas relações sociais e humanas. A ideia de decadência; o «progresso da decadência» (Eça de Queiroz) e o decadentismo; as ideias de regeneração e de revolução. O tradicionalismo.

§ 4.º Estatuto jurídico da vida política

O direito político ou o problema do estatuto jurídico da vida política. A Constituição: estrutura e gramática. Verdade e mentira na política: o problema das promessas políticas. A representação política face ao direito privado. Nascimento do direito público. O nascimento dos partidos e dos programas políticos. Sua teoria. Eleições livres e periódicas. Teorização do sufrágio; directo ou indirecto; universal ou censitário. A prática da manipulação eleitoral. A queda dos anjos ou as desilusões da política parlamentar. A instabilidade política e o rotativismo. A crítica da democracia parlamentar. As correntes antidemocráticas. E antiliberais. Monárquicos. Católicos. O apelo à moralização política. A importância crescente do Exército. O cultivo dos valores militares. As correntes autoritárias.

§ 5.º A separação de poderes

A soberania e os poderes do Estado. A protecção penal da separação de poderes, em especial da supremacia do poder legislativo. Consequências no plano político: a legalidade como princípio; e no plano institucional: metodologia de interpretação e de aplicação das leis. Violação do equilíbrio: os poderes legislativos excepcionais do Governo tornam-se a normalidade institucional. As leis de indemnidade. O nascimento dos poderes legislativos do Governo. A supremacia prática do Governo

no funcionamento do Estado. O nascimento do primeiro-ministro e a sua supremacia prática sobre o gabinete. A natureza do poder judicial. Teoria do poder judicial. As questões sobre a natureza democrática ou aristocrática dos tribunais. Nascimento da administração e do direito administrativo. O poder moderador, teoria e prática.

§ 6.º A publicidade da vida política

Publicidade dos direitos: o nascimento dos registos. Publicidade da vida política, em especial parlamentar. Actas das sessões parlamentares. Publicidade dos julgamentos. Direito político e direito público. Transformação semântica: o direito público como direito do Estado. Estado e direito privado, Estado e sociedade.

§ 7.º Direitos naturais

O lugar chave da propriedade. A democracia de proprietários e o sufrágio censitário. Liberdade e segurança. Liberdades cívicas e a destruição das instituições medievais e modernas. Consequências: o individualismo político. A teoria do direito subjectivo: os direitos absolutos. Críticas: o nascimento da questão social. Os problemas da pobreza, da miséria e da ignorância. As correntes socialistas e anarquistas; o mutualismo; a doutrina social da Igreja.

§ 8.º A questão social

A destruição da organização corporativa do *Ancien Régime* e as suas consequências sociais. O problema da liberdade de associação de patrões e de trabalhadores. A industrialização e as suas consequências. Os sindicatos e o sindicalismo. A dignidade do trabalho e do trabalhador; horário de trabalho e o trabalho de mulheres e de menores; a crítica da ociosidade. Proibição da greve. As crises económicas do século XIX e as suas consequências. O problema da liberdade de emigração. Literatura política empírica sobre o problema económico. As correntes socialistas. O socialismo catedrático. A doutrina social da Igreja e seus teorizadores da questão social. O nascimento do direito social: a teoria da personalidade jurídica e as suas controvérsias; a legislação comercial e industrial; o problema da liberdade de associação e os sindicatos; o abuso de direito; a legislação fiscal e as ideias acerca da redistribuição da riqueza. Limites morais do direito de propriedade. Os deveres e a sua teorização: o dever de respeitar os outros; a mutualidade de serviços; a função social dos direitos. Teoria da responsabilidade patrimonial, em especial os resultados no Código Civil. Progressistas e conservadores.

§ 9.º A questão religiosa

Legislação anti-religiosa do liberalismo. A nacionalização dos bens das corporações religiosas e a sua expulsão. Consequências. Nascimento, casamentos e funerais: o

registo civil, o casamento civil e os cemitérios estaduais. A natureza confessional do Estado. Consequências no plano teórico.

A relação entre o Estado e a Igreja. Os problemas das corporações eclesiásticas e dos seus bens. O direito de padroado. O beneplácito. Estado, Maçonaria e Igreja. Distinção entre católicos e clericalistas e papistas. O avanço das ideias republicanas e o pensamento anti-religioso. Influências comteanas. O positivismo e os seus teóricos.

§ 10.º O pensamento sobre as relações internacionais

A balança da Europa e a questão ibérica. As correntes pacifistas e a paz perpétua. O federalismo europeu. A questão da emigração. A questão colonial. Consequências da Conferência de Berlim: a teorização sobre o papel de Portugal no mundo.

CAPÍTULO 5

IDADE CONTEMPORÂNEA: SÉCULO XX

§ 1.º Introdução às vidas e obras [matéria de estudo não obrigatório]

Principais autores estrangeiros: Maurras e a Acção Francesa; Defesa e justificação do totalitarismo: Mussolini; Hitler; Lenine; Trotsky; Mao Tsé-Tung; Defesa do liberalismo: Popper; Hayeck; a social-democracia: Bernstein; doutrina social da Igreja António Sérgio. Leonardo Coimbra. Marnoco e Sousa. Jaime Cortesão. O integralismo lusitano: António Sardinha. Hipólito Raposo. Luís de Almeida Braga. José Pequito Rebelo. A transição para o nacional-sindicalismo: Alberto de Monsaraz; Rolão Preto. A doutrina social católica: Acção Católica; A Palavra; o CADC; Padre Américo. A doutrina e a justificação do Estado Novo: Salazar; Manuel Rodrigues; Mário de Figueiredo. A crítica e a crise do Estado Novo.

§ 2.º Antropologia política

Positivismo e ciência. Importância do neotomismo e da doutrina social da Igreja. Aplicações e resultados: autonomia política da família; autonomia das corporações, mas sua instrumentalização; função social da propriedade e dos direitos individuais. O problema das massas e da multidão. A discussão sobre a violência e a natureza do homem. O problema da técnica e da relação do homem com a técnica. A ideologia da raça. Tudo pela Nação: nação, Estado e pessoa. Revolução, progresso, conservação. O problema da Constituição: Constituições naturais e históricas e Constituições formais. Indivíduo e comunidade.

§ 3.º A questão do regime

A democracia e a sua qualificação: liberal; de Direito; orgânica; popular. Crítica da democracia. Competências e eleição do Parlamento. Estatuto e competências do

Governo. Os poderes legislativos do Governo. O poder judicial. Os pontos de acordo: independência, imparcialidade e vinculação à lei; hierarquia e tribunais superiores. Os pontos de discórdia: apreciação da constitucionalidade das leis; selecção e estatuto dos juízes. Municípios e sua autonomia. O centralismo jacobino e os seus continuadores. As reformas administrativas. A selecção dos presidentes de câmara. A devolução de poderes e a sua justificação. Outras orientações políticas: sindicalismo e nacional-sindicalismo. Fascismo. Marxismo. Anarquismo. Socialismo. O problema dos direitos políticos individuais.

§ 4.º A Primeira República: caracterização

O problema do Estado. A forma republicana. O parlamentarismo. As contradições: legislação eleitoral e direito de sufrágio. A universalidade do sufrágio. Os programas partidários. O programa republicano. A democracia orgânica. O debate centralismo / municipalismo. O programa colonial.

§ 5.º O Estado Novo: caracterização

Natureza. Relação com a I República. Relação com o movimento de ideias na Europa e o progresso das forças autoritárias. Diferenças em relação ao fascismo e ao nazismo. Inspirações. A doutrina social da Igreja. O tomismo. Corporativismo. O integralismo lusitano. Nacional-sindicalismo. Maurras e a Acção Francesa. Primo de Rivera. A democracia cristã. Autoritarismo e Estado administrativo. O papel do partido. A opinião pública e a função da censura. O Estado e a economia. A instrução como função do Estado.

§ 6.º A questão do Estado

A discussão sobre os fins do Estado. Fins e funções do Estado. O Estado e a economia: a economia política. Formas e critérios de intervenção do Estado na economia. O liberalismo republicano, os monopólios e as crises financeiras. A função social do trabalho, do capital e da propriedade. A concorrência e a sua disciplina. O problema do preço justo. Os organismos de regulação económica. As corporações. A intervenção do Estado na sociedade.

§ 7.º A questão religiosa

A questão religiosa da I república e resposta do Estado Novo. A legislação anticatólica da república. A separação entre o Estado e a Igreja. As relações com a Santa Sé. Velhos e novos problemas: ensino religioso; liberdade de ensino; liberdade de culto e de consciência; liberdade associativa e criação de entidades de fim ideal. Casamento canónico e divórcio.

§ 8.º A questão colonial

Republicanism e colonialismo. Soluções coloniais da república e do Estado Novo. O estatuto dos povos e pessoas autóctones; o valor dos seus usos e costumes; o direito de propriedade. A sociedade internacional depois da Segunda Grande Guerra.

§ 9.º A questão social

O papel das instituições de solidariedade, previdência, cooperação e mutualidade. O contributo da Igreja, das misericórdias e das mutualidades. O Estado-providência. Os problemas da pobreza, da infância e da velhice e os fins e as funções do Estado. Os direitos sociais.

CAPÍTULO 6

O NOSSO TEMPO

§ 1.º Primado da dignidade humana

O conhecimento da cultura da morte: genocídios e a experiência do mal no trágico século XX. A dignidade humana: fundamento e limite da política. Consequências: questões de raça e de género. O estatuto das mulheres. O estatuto das minorias. Principais tendências políticas dos nossos dias: democracia cristã, conservadorismos e liberalismos; comunitaristas; social-democracia e socialismos; republicanismos.

§ 2.º Estado de direito democrático

As democracias de direitos fundamentais. Divisão e interdependência dos poderes. Forma republicana. A participação como condição de legitimação do Estado. Controlo da constitucionalidade das leis. Estatuto dos tribunais e dos juizes. Problemas de governabilidade da democracia.

§ 3.º Estado de bem-estar e Estado providência

Os direitos sociais e as teorias da justiça. Alargamento das funções do Estado e do Estado-administração: saúde; segurança social; educação; planificação da economia. O problema político da burocracia e da administração de planificação. A burocracia e o «Estado sábio» como ameaças para a liberdade individual. Transformações recentes: enfraquecimento e privatização do público; o regresso do poder governamental e da razão de Estado democrática. Problemas de satisfação das expectativas sociais.

§ 4.º Globalização e internacionalização dos Estados e das ordens jurídicas

O nascimento do direito internacional dos direitos do homem. A crescente interdependência dos Estados – a humanidade como sujeito da política. Direitos dos povos: autodeterminação e descolonização. A identidade do Estado. O direito da guerra e direito humanitário como problemas da política. A democracia global e a cidadania universal.